



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM**

**DECISÃO 160/2021**

**Reunião:** PLENÁRIA-ORDINÁRIA - Nº 540/2021 - Plenária - 31/03/2021 das 18:00 as 23:00

**Decisão:** 160/2021

**Referência:** 2608583/2020 - Auto: 44452/2020

**Interessado:** SUPER TRANS TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA

**EMENTA:** a penalidade aplicada pelo auto de infração - FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA - por infração ao(a) Art. 59 da Lei 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

**DECISÃO**

A Plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunida em 31 de março de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Claudedir Malveira De Souza, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Super Trans Transporte Logística E Serviços Ltda, Considerando que o art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que as firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nessa lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico. Considerando que o art. 1º da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, determina que o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros. Considerando que a RESOLUÇÃO Nº 1.121, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019, a qual "Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências", em seu Art. 3º, prevê: "O registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea". Considerando o disposto no inciso III do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, que pessoas jurídicas com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, sem registro no Crea, estarão infringindo o art. 59, com multa prevista na alínea "c" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. Considerando que empresa está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, sendo suas atividades econômicas, dentre outras: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS. Considerando, complementarmente, que a empresa obteve LICENÇA DE OPERAÇÃO - L.O Nº 220/07-10, com a seguinte descrição: ATIVIDADE: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS FINALIDADE: AUTORIZAR O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS EM EMBALAGENS COMERCIAIS (RESINA, CONCENTRADOS E PRODUTOS DE LIMPEZA) Considerando, entretanto, que, neste caso específico, mesmo a empresa possuindo registro no CRQ-XIV Região e, uma vez não possuindo ENGENHEIRO QUÍMICO como Responsável Técnico, mas sim, BACHAREL EM QUÍMICA para o ramo/atividades descritas no CERTIFICADO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA e CERTIFICADO DE REGISTRO, não há como não se exigir um profissional habilitado no âmbito do Sistema Confea/Crea, senão vejamos as seguintes vertentes de Modalidades Profissionais e Atribuições respectivas: I. ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme ATRIBUIÇÕES elencadas no "ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 359/91, ACRESCIDO DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 437/99, AMBAS DO CONFEA". considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Câmara Especializada, **DECIDIU** por unanimidade, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 44452/2020, lavrado em desfavor da pessoa jurídica "SUPER TRANS TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA", em face à irregularidade "FALTA DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA", devendo a autuada sanar o fato gerador, como ainda, efetuar o pagamento da multa aplicada. Decisão proferida na 540ª Sessão Ordinária de plenário do Crea-AM. Coordenou a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira, Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Claudedir Malveira De Souza, Dinilson Bandeira Robert, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirie Gentil Vinhote, Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Joao Batista Ramos, Joao Claudio Ferreira Soares, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jose Josimar Soares, Jossandra Alves Damasceno, Kelly Ambrosio Neto, Marcelo De Almeida Conceição, Oziel Oliveira Mineiro, Paulo Francisco Da Silva Ribeiro, Raimundo Humberto Cavalcante Lima, Roberval Sousa Protasio, Romina Alves Dos Santos, Samir Oliveira Salles, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio, Wilson Luiz Souza Tinoco (suplente). Não houve voto contrário. Não houve abstenção.

**Cientifique-se e cumpra-se.**

Manaus, 31 de março de 2021.



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM**

**DECISÃO 160/2021**

Assinatura manuscrita em azul de Afonso Luiz Costa Lins Junior.

**AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR**  
Coordenador da Reunião